

Parecer n. 03 /2018/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Moções destinadas às Instituições integrantes do Singreh nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, versando sobre o repasse de recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

1. Histórico

11. Durante a 101ª Reunião da CTCOB, realizada em outubro de 2017, houve a discussão sobre a atualização dos PPU's, em atendimento à Resolução CNRH n.192 originando apresentações, por parte de diversos Comitês de Bacia e suas respectivas Agências de Bacia, versando sobre o instrumento da cobrança sobre o uso dos recursos hídricos sob domínio dos estados naquelas bacias hidrográficas, seus resultados e dificuldades encontradas, visando a discussão pela Câmara sobre os mecanismos de cobrança e as propostas de reajuste dos PPU's, apresentadas por aqueles Comitês.
12. O assunto foi discutido em maior profundidade durante a 102ª Reunião da CTCOB, em outubro de 2017, atendendo aos encaminhamentos da 101ª Reunião, que levaram à decisão sobre a elaboração de moções destinadas às instituições responsáveis pela cobrança e repasse de recursos nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se evidenciam problemas relacionados à disponibilização desses valores aos Comitês, fundos ou entidades delegatárias, conforme legislação aplicável a cada caso, mencionadas nas minutas de moção anexas.

2. Síntese das Discussões Técnicas

21. As exposições dos comitês do CBH Doce e CEIVAP evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos comitês e entidades delegatárias das duas bacias para o cumprimento das metas estabelecidas no seu planejamento em razão da irregularidade ou excessiva demora no repasse dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos por parte dos agentes estaduais que os recolhem.
22. Ressalte-se que esses recursos são essenciais à sustentabilidade financeira do Singreh, como já buscou prever e garantir o legislador na Lei Federal n. 9433/97 além do seu caráter educativo que busca evidenciar o valor econômico da água reconhecido na Constituição Federal, além de estimular o uso racional, dentre outros princípios estabelecidos pelo conjunto legal e normativo da PNRH.
23. Rege a legislação que esses recursos devem ser aplicados na própria bacia de origem e repassados, portanto, integralmente aos entes do Singreh responsáveis pela sua aplicação em conformidade com os demais instrumentos, notadamente os planos de bacia.
24. As propostas das minutas de moção, previamente preparadas pela presidência da CTCOB, com a colaboração da representação da ANA e do CERH-ES foram apresentadas e discutidas no dia 11 de setembro e resultaram em manifestações como expresso abaixo.
25. Sobre a moção destinada às instituições do estado de Minas Gerais: além de manifestações prévias sobre a irregularidade dos repasses de recurso por parte do Estado de MG, mencionadas anteriormente durante a 101ª CTCOB, houve a solicitação da representação do Fonasc durante 39ª Reunião Extraordinária do CNRH informalmente entregue à Secretaria Executiva, sem protocolo junto ao MMA, o que reforçou a

elaboração da Minuta pela Câmara Técnica. As dificuldades geradas para os comitês e entidades delegatárias foi evidenciada em especial na apresentação do CBH-Doce, que também enfrenta o problema de irregularidade dos repasses na porção capixaba da bacia; e foi evidenciada na apresentação dos Comitês PCJ que, por sua vez, possuem maior estabilidade financeira em razão da regularidade dos repasses pelo Estado de São Paulo e do ente federal. Foram incorporadas as modificações e sugestões dos membros da Câmara Técnica, aprovada então por unanimidade.

26. Sobre a moção destinada às instituições do estado do Espírito Santo: houve manifestações prévias sobre a irregularidade dos repasses de recurso por parte do Estado de MG, mencionadas anteriormente durante a 101ª CTCOB. As dificuldades geradas para os comitês e entidades delegatárias foi evidenciada em especial na apresentação do CBH-Doce, que também enfrenta o problema de irregularidade dos repasses na porção mineira da bacia. Foram incorporadas as modificações e sugestões dos membros da Câmara Técnica e realizada a votação com resultado como segue: 9 votos favoráveis, 5 votos contrários (Abrage, Abrael, CERH-ES, Saneamento e Pescadores, Lazer e Turismo) e uma abstenção (Comitês). As principais manifestações contrárias e abstenções se deram em razão do julgamento por parte de alguns membros da câmara técnica quanto à necessidade de mais elementos e informações antes do encaminhamento da moção.

27. Sobre a moção destinada às instituições do estado do Rio de Janeiro: houve manifestações prévias sobre a irregularidade dos repasses de recurso por parte do Estado, mencionadas anteriormente durante a 101ª CTCOB, motivando a elaboração da Minuta pela Câmara Técnica. As dificuldades geradas por retenções de recursos, arrestos ou irregularidades nos repasses desses recursos aos comitês, detentores desses recursos, ou às entidades delegatárias, gerando inclusive a atuação do Ministério Público que resultou em TAC hoje em cumprimento. Foram incorporadas as modificações e sugestões dos membros da Câmara Técnica, sendo aprovada a moção por unanimidade.

3. Conclusão

31. A CTCOB julga pertinente a manifestação do CNRH sobre o repasse dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos junto às instituições pertinentes nos estados mencionados nos documentos anexos.

32. Encaminha-se à CTIL as minutas de moção resultantes das discussões havidas na 102ª CTCOB, nos dias 10 e 11 de outubro de 2018, para análise e emissão de parecer que subsidie a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos acerca do encaminhamento das moções, caso aprovadas.

Este é o parecer, preparado conjuntamente com a relatoria da CTCOB.

Em, 14 de setembro de 2018.

LIVIA SOALHEIRO E ROMANO
Presidente da CTCOB